

**FUNDAÇÃO DA HERDADE DA
COMPORTA**

**RELATÓRIO E CONTAS
2016**

RELATÓRIO DE GESTÃO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Balço

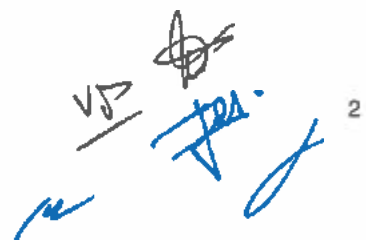
Demonstração dos resultados

Demonstração dos fluxos de caixa

Demonstração das alterações no capital próprio 2015 e 2016

Notas às demonstrações financeiras

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

 2

RELATÓRIO DE GESTÃO

2016

Exmos. Senhores:

No seguimento de diversas iniciativas de índole cultural, social e assistencial promovidas pela Herdade da Comporta Actividades Agro Silvícolas e Turísticas S.A., nos concelhos de Alcácer do Sal e Grândola, foi constituída, em 2004, a "Fundação da Herdade da Comporta" (Fundação).

A Fundação foi instituída pela Herdade da Comporta Actividades Agro Silvícolas e Turísticas S.A. (HdC), pela Câmara Municipal de Alcácer do Sal (CMAS) e pela Câmara Municipal de Grândola (CMG) e está dotada de um património inicial de € 250.000,00, distribuídos da seguinte forma:

- HdC: 240.000 euros;
- CMAS: 5.000 euros; e,
- CMG: 5.000 euros.

A Fundação visa prosseguir fins não lucrativos, sendo o seu património afeto à prossecução e desenvolvimento de fins desinteressados ou altruístas e de interesse social local, isto mesmo ficou plasmado nos seus estatutos, nomeadamente nos seus artigos 4º e 5º, onde expressamente se estabelecem quer os seus fins e o seu objeto.

Não significa que a Fundação não possa prosseguir fins lucrativos e ter lucro, significa sim, que esse lucro terá que ser aplicado nos fins assistenciais a que a Fundação se dedica.

Assim, o art.º 4º dos estatutos define como fim da Fundação "...realizar, promover e patrocinar ações de carácter assistencial, cultural, educativo, científico e social, que visem a promoção da melhoria da qualidade de vida e do aumento do nível cultural das populações residentes na área geográfica dos atuais limites da "Herdade da Comporta", nomeadamente em áreas de relevo social, tais como a promoção da cidadania, a educação, a cultura, a ciência, o desporto e outras atividades recreativas, a proteção do património natural, arquitetónico, histórico e cultural, a prevenção de situações de risco em crianças, jovens, idosos e famílias desfavorecidas e a promoção da qualidade de vida, em geral", nas áreas dos concelhos de Alcácer do Sal e Grândola.

O fim enunciado no art.º 4º é materializado no art.º 5º, onde se estabelece como objeto da Fundação "as atividades que os seus órgãos entendam como mais adequadas à realização dos seus fins, privilegiando

 3

a relevância social dos mesmos e constituir-se-á como plataforma de cooperação entre parceiros sociais e operadores locais e regionais para um desenvolvimento sustentável e inclusivo".

Sem prejuízo da existência de outras atividades próprias da realização dos seus fins, poderá a Fundação, nomeadamente:

- Executar, promover ou patrocinar projetos de investigação em domínios concernentes aos seus fins;
- Organizar e montar uma biblioteca generalista e um centro de documentação;
- Realizar, promover ou patrocinar ações de formação e de debate através de cursos, conferências, seminários e colóquios;
- Realizar, promover ou patrocinar atividades de fomento cultural e de divulgação, em especial dirigidas à comunidade local;
- Realizar, promover ou patrocinar atividades editoriais, culturais, educativas, recreativas e desportivas;
- Subvencionar a publicação de estudos;
- Contribuir para a inclusão do património natural, arquitetónico, histórico e cultural da Herdade da Comporta no interesse turístico da região;
- Promover a integração das populações locais nos projetos de desenvolvimento e promover o emprego;
- Realizar o atendimento às populações e articular com as Redes Sociais locais;
- Poderá ainda promover atividades que contribuam para a rentabilização do património de que é titular;
- Quaisquer outras atividades adequadas aos fins a que se destina a Fundação.

Ao propor-se desenvolver atividades que tem por objeto geral e principal um fim coletivo a Fundação é uma instituição de interesse social e que atua em benefício da sociedade.

Tendo em conta estes fins e por ter sido dotada de um património inicial que lhe permite a prossecução desses mesmos fins, a Fundação, em 2007, foi devidamente reconhecida pelo Ministério da Administração Interna, passando então a ter personalidade jurídica.

ATIVIDADES EM 2016

No primeiro trimestre de 2016, a Fundação da Herdade da Comporta apresentou um pedido de alteração estatutária à Secretária-geral da Presidência do Conselho de Ministros, pedido esse que só foi respondido em janeiro de 2017 com uma proposta de reformulação de alguns artigos, razão pela qual a publicação definitiva dos Estatutos atualizados só se verificará no ano de 2017.



Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom right of the page. There are three distinct signatures, with the largest one appearing to be 'Fes.' followed by a flourish. A small number '4' is written in the top right corner of this section.

Atualizados e publicados os Estatutos, poderá então a Fundação da Herdade da Comporta proceder ao pedido do Estatuto de Utilidade Pública, que tem vindo a ser referido em anteriores relatórios de gestão.

Nos seus eixos de intervenção prioritários, a Fundação da Herdade da Comporta manteve a sua catividade corrente.

No eixo do **Emprego & Formação**, foi realizado um estágio profissional no âmbito do Projeto da Casa da Cultura.

No **Alojamento** procedeu-se à avaliação e atualização de toda a informação relativa às casas património da Herdade da Comporta e agregados familiares que nelas residem. Apesar de não ter havido resposta a alguns pedidos de (re)alojamento e de obras de manutenção das casas, a Herdade da Comporta solicitou à Fundação a sua estreita colaboração para rever e repensar a estratégia nesta área, tendo em conta a nova realidade da Herdade, sem descurar as realidades complexas e diversas dos últimos anos relativamente a esta matéria.

No eixo da **Prevenção de Situações de Risco** mantiveram-se os atendimentos à população e acompanhamentos psicossociais, assim como a distribuição de alimentos. Os contactos com os parceiros sociais em sede de NLI (Núcleos Locais de Integração), em sede de CLAS (Conselhos Locais de Ação Social) e em sede de PSCAL (Plataforma Supraconcelhia do Alentejo Litoral) também fizeram parte do trabalho desenvolvido neste eixo. Finalmente, a nossa presença na Comissão Alargada da CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens) de Alcácer do Sal permitiu-nos colaborar nas estratégias de Prevenção.

Em 2016, o eixo **Educação & Cultura** desenvolveu o seu trabalho habitual ao nível do apoio ao estudo, programas pedagógicos e atividades recreativas para crianças e jovens. O Verão viu nascer o projeto da Casa da Cultura na sua versão piloto, projeto esse que veio trazer uma nova dinâmica à Fundação, à aldeia da Comporta e às comunidades locais.

Para informações mais detalhadas, pode ser consultado o Relatório de Atividades 2016 em <https://www.fundacaohdc.pt>

AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração expressa o seu agradecimento aos acionistas, aos órgãos de fiscalização e aos colaboradores da Fundação, pelo apoio e colaboração recebidos.



APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido negativo apurado pela Fundação, no valor de 16 455,11 euros seja transferido para resultados transitados.

Comporta, 21 de março de 2017.

O Conselho de Administração:



Carlos Manuel Espírito Santo Beirão da Veiga



António Jesus Figueira Mendes



Vítor Manuel Chaves de Caro Proença

Joana Simões de Almeida Espírito Santo



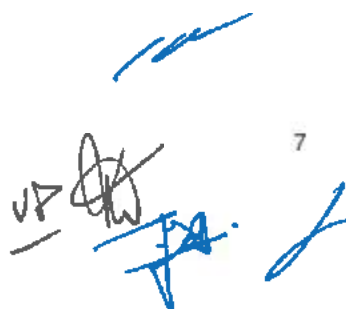
João Pedro Escobar de Lima Santos Teixeira



BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em euros)

	Notas	31-12-2016	31-12-2015
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Activos fixos tangíveis	7	425.873	435.051
Outros investimentos financeiros	8	15	15
		425.889	435.067
ATIVO CORRENTE			
Cientes	9	1.407	3.810
Estado e outros entes públicos	10	22.788	25.117
Outros créditos a receber	13	37.078	5.626
Caixa e depósitos bancários	4	13.333	8.351
		74.606	42.903
TOTAL DO ATIVO		500.495	477.970
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito		250.000	250.000
Outros instrumentos de capital próprio		580.000	230.000
Resultados transitados		-803.904	-757.678
Outras variações no capital próprio		125.389	129.877
Resultado do exercício		-16.455	-46.226
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	11	135.030	-194.027
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Outras dívidas a pagar - Accionistas e Participadas	6.3	324.236	663.815
		324.236	663.815
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	12	2.058	39
Outras dívidas a pagar	13	39.171	8.143
		41.228	8.182
TOTAL DO PASSIVO		365.465	671.997

O Contabilista CertificadoO Conselho de Administração

7

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015


(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31-12-2016	31-12-2015
Vendas e Prestação de serviços	14	150	150
Subsídios à exploração	15	-	653
Fornecimentos e serviços externos	16	-75.137	-36.779
Gastos com Pessoal	17	-2.137	-4.541
Outros rendimentos	18	73.619	6.769
Outros gastos	19	-3.772	-3.301
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-7.277	-37.048
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	20	-9.178	-9.178
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-16.455	-46.226

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



8


DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Montantes expressos em euros)

	2016	2015
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais		
Recebimentos de clientes	32.178	2.337
Pagamentos a fornecedores	-23.577	-30.001
Pagamentos ao Pessoal	-1.572	-5.931
Caixa gerada pelas operações	7.029	-33.595
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-	-
Outros recebimentos/pagamentos	-10.547	-
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)	-3.518	-33.595
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento		
Recebimentos provenientes de:		
<i>Subsídios ao investimento</i>	0	2.449
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)	0	2.449
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
<i>Empréstimos concedidos por Empresas do Grupo</i>	8.500	34.500
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)	8.500	34.500
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	4.982	3.354
Caixa e seus equivalentes no início do período	8.351	4.997
Caixa e seus equivalentes no fim do período	13.333	8.351

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Demonstração das alterações no capital próprio em 31 de dezembro de 2016 e 2015

	Capital subscrito	Prestações suplementares	Subsídios ao investimento	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO EM 01-JAN-15	(1)	230.000	134.365	-674.856	-82.822	-143.313
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Transferência do Resultado do exercício anterior	-	-	-	-82.822	82.822	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-4.488	-	-	-4.488
	(2)	-	-4.488	-82.822	82.822	-4.488
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO						
	(3)	-	-	-	36.596	-50.714
RESULTADO INTEGRAL						
	(4)	-	-	-	-	-
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO						
Outras operações	-	-	-	-	-	-
	(5)	-	-	-	-	-
POSIÇÃO 31-DEZ-15 (6)=(1)+(4)+(5)	250.000	230.000	129.876	-757.678	-46.226	-194.027

O Contabilista Certificado

Guandú Bugo

O Conselho de Administração

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

	Capital subscrito	Prestações suplementares	Subsídios ao investimento	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO EM 01-JAN-16	250.000	230.000	129.876	-757.678	-46.226	-194.027
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Transferência do Resultado do exercício anterior	-	-	-	-46.226	46.226	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-4.488	-	-	-4.488
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-	-	-4.488	-46.226	46.226	-4.488
RESULTADO INTEGRAL	-	-	-	-	-16.455	-16.455
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	-	-	-	-	29.771	-20.943
Outras operações	-	350.000	-	-	-	-
POSIÇÃO 31-DEZ-16	250.000	580.000	125.388	-803.904	-16.455	135.030

O Contabilista Certificado

Guaraciela Braga

O Conselho de Administração

[assinatura]

[assinatura]
Diretor

[assinatura]
Presidente

Notas sobre às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

(Valores em euros)

1. Identificação da Empresa

A Fundação Herdade da Comporta foi instituída pela Herdade da Comporta Actividades Agro Silvícolas e Turísticas S.A. (HdC), pela Câmara Municipal de Alcácer do Sal (CMAS) e pela Câmara Municipal de Grândola (CMG) e está dotada de um património inicial de 250.000 euros, distribuídos da seguinte forma:

- HdC: 240.000 euros;
- CMAS: 5.000 euros;
- CMG: 5.000 euros.

A Fundação visa prosseguir fins não lucrativos, sendo o seu património afeto à prossecução e desenvolvimento de fins desinteressados ou altruístas e de interesse social local, isto mesmo ficou plasmado nos seus estatutos, nomeadamente nos seus artigos 4º e 5º, onde expressamente se estabelecem quer os seus fins e o seu objeto.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

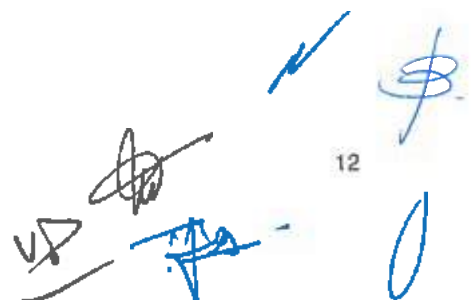
2.1. Referencial contabilístico

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho, foi revogado o Plano Oficial de Contabilidade ("POC") e as Diretrizes Contabilísticas com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2010. Assim, para o exercício que se iniciou após esta data a Empresa passou a fazer o relato contabilístico das suas contas individuais de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro ("NCRF"), que fazem parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística ("SNC").

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem colocar em causa a imagem verdadeira e apropriada da posição económica e financeira da Empresa.

12



3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

Tendo por base o disposto nas NCRF, as políticas contabilísticas adotadas pela empresa foram as seguintes:

a) **Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo.

Com exceção dos terrenos que não são amortizáveis, os ativos fixos tangíveis são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

No cálculo das amortizações foi considerado que o valor residual dos bens é nulo, pelo que, o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo de aquisição.

Os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas, ou seja, o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica "Gastos/reversões de depreciação e amortização".

Os ativos fixos tangíveis em Curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

b) **Imposto sobre o rendimento**

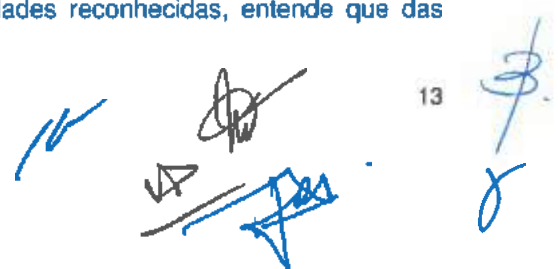
Imposto sobre o rendimento - corrente

O imposto corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor a que está sujeita cada uma das empresas englobadas na consolidação fiscal.

O imposto da Fundação é determinado com base na soma algébrica da matéria coletável de cada uma das Empresas, deduzidos de eventuais reportes de prejuízos a uma taxa de 21% acrescido de 1,5% a título de derrama.

Adicionalmente, um conjunto de despesas previstas no artigo 88.º do CIRC são tributadas a uma taxa que varia entre os 5% e 35%, independentemente da existência ou não de prejuízos fiscais.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Administração Fiscal durante um período de quatro anos, pelo que as declarações relativas aos anos de 2012 a 2015 poderão vir ainda a ser corrigidas. O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das



eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras.

c) Clientes

As contas a receber de Clientes são mensuradas, aquando do reconhecimento inicial, de acordo com os critérios de mensuração de Vendas e Prestações de Serviços, sendo subseqüentemente mensuradas ao custo amortizado menos imparidade.

As perdas por imparidade são deduzidas diretamente nas contas correntes e são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Empresa tem em consideração informação do mercado que demonstra que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos e informação judicial que comprove a incapacidade do devedor em satisfazer os seus compromissos.

Os reforços das perdas por imparidade são reconhecidos como gastos do período, e as reversões como rendimentos.

d) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos nesta rubrica correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor. Estes saldos estão mensurados ao custo.

e) Estado e outros entes públicos

Os saldos Ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos Ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável.

f) Diferimentos ativos e passivos

Esta rubrica refilete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequado o seu integral reconhecimento nos resultados do período em que ocorrem, mas que devam ser reconhecidos nos resultados de períodos futuros.

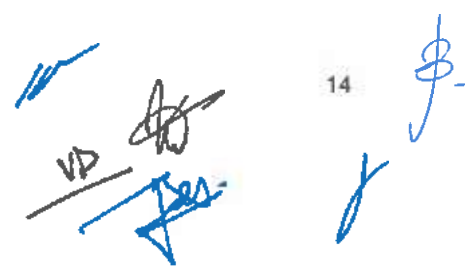
g) Rubricas do capital próprio

a. Capital realizado

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (adiante designado por "CSC") o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

b. Subsídios ao investimento

Os subsídios só são reconhecidos quando existe uma segurança razoável de que a empresa cumpriu/irá cumprir com as condições a ele associadas e que o subsídio será recebido.

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom right of the page. There are several scribbles and what appears to be a signature that includes the letters 'VD' and another signature that includes 'Jes'.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados.

Estes subsídios não estão disponíveis para distribuição até que sejam imputados a rendimentos durante os períodos necessários para: (i) balancear os subsídios com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem, ou seja, amortizações e depreciações e/ou (ii) para compensar qualquer perda por imparidade que seja reconhecida relativamente a tais ativos.

c. Resultados transitados

Esta rubrica inclui os resultados realizados disponíveis para distribuição aos acionistas e os ganhos por aumentos de justo valor em instrumentos financeiros, investimentos financeiros e propriedades de Investimento.

De acordo com o nº 2 do art.º 32 do CSC, os ganhos por aumentos de justo valor só estarão livres para distribuição depois de realizados pelo uso ou pela venda dos Ativos Fixos Tangíveis correspondentes – neste caso pela venda, dado referirem-se à revalorização de Terrenos que não são amortizáveis.

h) Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente são mensuradas ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

i) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

j) Juros e gastos similares suportados

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem juros suportados determinados com base no método da taxa de juro efetiva;

Os custos financeiros de financiamentos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos tangíveis são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes custos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida com o final da produção ou da construção do ativo, ou quando o projeto em causa se encontra suspenso.

3.2. Principais julgamentos e estimativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com o SNC, o Conselho de Administração da Empresa utiliza julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados.

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida. Os efeitos reais podem diferir dos julgamentos e estimativas efetuados, nomeadamente no que se refere ao impacto dos custos e proveitos que venham realmente a ocorrer.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas são como segue:

a) Vida útil dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos setores em que o Grupo opera.

b) Provisões para impostos

A Empresa, suportada nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos.

4. Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Empresa classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

O saldo de Caixa e seus equivalentes constante da demonstração de fluxos de caixa é assim decomposto:

	2016	2015
Depósitos à ordem	13.333	8.351
	<u>13.333</u>	<u>8.351</u>

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não foi adotada a NCRF 4 – Políticas Contabilísticas, Alterações de Estimativas e Erros, razão pela qual as divulgações requeridas pela presente Nota não são aplicáveis.

6. Partes relacionadas

6.1. Relacionamentos com Empresa-Mãe

A HERDADE DA COMPORTA – Actividades Agro Silvícolas e Turísticas, S.A. detém 96% do capital social da Fundação e tem sede na freguesia da Comporta, concelho de Alcácer do Sal.

6.2. Remunerações do pessoal chave da gestão

Em 2016 não foram atribuídas remunerações a pessoal chave da gestão.

6.3. Saldo com Partes Relacionadas

Todos os saldos pendentes com partes relacionadas estão registados na rubrica “outros passivos financeiros” e detalhado da seguinte forma:

	2016	2015
Outras dividas a pagar – Acionistas Herdade da Comporta	324.236	663.815
	<u>324.236</u>	<u>663.815</u>

17

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "VP" and "Res: J".

7. Ativos fixos tangíveis

A reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período encontra-se detalhada no quadro seguinte:

	Edifícios e outras construções	Investimento em curso	TOTAL
VALOR BRUTO:			
Saldo Inicial	367.136	100.040	467.176
Aumentos	-	-	-
Saldo Final:	367.136	100.040	467.176
	Edifícios e outras construções	Investimento em curso	TOTAL
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS			
Saldo Inicial	(32.125)	-	(32.125)
Amortizações	(9.178)	-	(9.178)
Saldo Final:	(41.303)	-	(41.303)
QUANTIA ESCRITURADA:			
2016	325.833	100.040	425.873
2015	335.012	100.040	435.051

8. Investimentos Financeiros

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2016	2015
FCT – Fundo de Compensação do Trabalho	15	15
	15	15

9. Clientes

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2016	2015
Clientes Diversos	1.407	3.810
	1.407	3.810

10. Estado e outros entes públicos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2016	2015
Pagamentos por conta	4.000	4.000
IRC	-	1.369
Imposto sobre o valor acrescentado	18.604	19.564
Segurança social	184	184
	22.788	25.117

11. Capital próprio

Durante o ano de 2016, os movimentos ocorridos no capital próprio foram os seguintes:

	2015	Transf. Resultado	Aumentos	Amortização do subsídio	Resultado Líquido 2016	2016
Capital	250.000	-	-	-	-	250.000
Prestações suplementares	230.000	-	350.000	-	-	580.000
Subsídios ao investimento	129.877	-	-	(4.488)	-	125.389
Resultados transitados	(757.678)	(46.226)	-	-	-	(803.904)
Resultado do exercício	(46.226)	46.226	-	-	(13.617)	(13.617)
	(194.027)	-	350.000	(4.488)	(13.617)	(137.867)

VP
[Handwritten signatures and initials]

12. Fornecedores

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2016	2015
Fornecedores	2.058	39
	2.058	39

Em 31 de Dezembro de 2016, esta rubrica inclui saldos a pagar a fornecedores decorrentes da atividade operacional da Sociedade. Os saldos de fornecedores são mensurados ao custo amortizado.

13. Outros créditos a receber e outras dívidas a pagar

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2016	2015
Outros créditos a receber		
Acréscimos de rendimentos	32.424	-
Subsídios a receber	1.822	1.977
Outros devedores	2.832	3.649
	37.078	5.626
Outras dívidas a pagar		
Donativos a entregar	-	4.850
Outros acréscimos de gastos	35.669	1.038
Subsídios a reconhecer	889	-
Outros credores	2.613	2.255
	39.161	8.143

14. Rédito

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2016	2015
Prestações de serviços	150	150
	150	150

15. Subsídios do Governo e Apoios do Estado

Em 2011, foi aprovado junto da ADL – Associação do Desenvolvimento do Litoral Alentejo, candidatura ao Programa PRODER para Conservação e Valorização do Património Rural, no valor de 107.678,12 euros, para recuperação da Casa da Cultura, tendo sido recebido nesse ano cerca de 50% (53.838,06 euros).

A partir de 2012, foi reconhecido como proveito a amortização do subsídio da Casa da Cultura, dado que o investimento ficou concluído nessa data.

Em 2012 foi igualmente aprovada candidatura a subsídio no âmbito da conservação do Património Rural para o Centro Ambiental das Lagoas, no valor de 36.557,39 euros, tendo sido nessa data reconhecido em Capital Próprio o referido montante. Em 2013 foi recebido parte do subsídio, no valor de 27.275,69 euros. O investimento ainda se encontra em curso.

Em 2013 e 2014 foi aprovado pelo IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional), apoios à contratação de duas estagiárias, para funções no âmbito da Animação Cultural.

Em 2014 a Fundação recebeu do IEFP 7.838,91 euros, tendo reconhecido em proveitos 15.123 euros, (7.937,20 euros e 7.185,64 euros recebidos em 2013 e 2014 respetivamente).

A rubrica de Subsídios à exploração decompõe-se da seguinte forma:

	2016	2015
Subsídios à exploração	-	653
	-	653

16. Fornecimentos e serviços externos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2016	2015
Subcontratos	31.684	-
Trabalhos especializados	22.848	23.052
Honorários	-	3.000
Água, luz e combustíveis	835	-
Material de escritório	487	401
Deslocações e estadas	8.059	8.435
Comunicações	768	183
Limpeza, higiene e conforto	4.488	-
Outros fornecimentos e serviços externos	5.968	1.708
	75.137	36.779

17. Gastos com o Pessoal

Esta rubrica refere-se ao recrutamento de duas estagiárias em 2015 e um estagiário em 2016, ao abrigo do programa de estágios financiado pelo IEFP, conforme divulgado na Nota 15.

	2016	2015
Remunerações	1.732	3.336
Indemnizações	-	551
Segurança social	325	653
Seguro AT	79	-
	2.136	4.541
Número médio de empregados	1	2

18. Outros rendimentos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2016	2015
Donativos	59.562	-
Imputação de subsídio a investimento	4.488	4.488
Outros rendimentos	9.569	2.281
	73.619	6.769

19. Outros gastos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2016	2015
Donativos	200	-
Correções de exercícios anteriores	73	2.500
Insuficiência de estima de imposto	2.682	-
Outros gastos e perdas	817	801
	3.772	3.301

20. Gasto de depreciação e amortização

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2016	2015
Ativos fixos tangíveis		
Edifícios e outras construções	9.178	9.178
	9.178	9.178

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração

